

“Mais Borracha Para A Vitória”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas

Dra. María Verónica Secreto
Departamento de História/UFF

Resumen

El bombardeo japonés de Pearl Harbour en diciembre de 1941, puso fin a la ambigüedad de la política exterior del gobierno de Getulio Vargas, y de alguna manera condicionó la política interna referida a la Amazonía. La entrada de los Estados Unidos en la guerra exigió una posición clara de las naciones americanas. El dominio japonés de las islas del Pacífico cortó el suministro de caucho, y por lo tanto, era necesario establecer la política económica de los países del continente que comenzaron a suministrar a las naciones aliadas las materias primas. En marzo de 1942, Brasil firmó en Washington una serie de acuerdos en las materias primas estratégicas, como el caucho. Durante la Primera Guerra Mundial, cada persona en el servicio militar utilizado 16 kilos de goma, mientras que la Segunda Guerra Mundial, esa cantidad había aumentado a 98 libras se justifica por la calificación de las materias primas como "estratégica".

Palabras claves: Getulio Vargas, materias primas, segunda guerra mundial, comercio, brasil.

Abstract

The Japanese bombing of Pearl Harbour in December 1941 put an end to the ambiguity of the foreign policy of the government of Getulio Vargas, and conditioned the domestic policy relating to the Brazilian Amazon. The entry of the United States in the war, demanded a clear position of the American nations. The Japanese domination of the Pacific islands cut off supplies of rubber, and therefore it was necessary to establish the economic policies of the countries of the continent began to supply the raw materials . In March 1942, Brazil signed in Washington a series of agreements in strategic raw materials such as rubber. During the First World War, each military service person used 16 kilos of rubber, while the Second World War, that number had increased to 98 pounds is justified by the classification of raw materials such as "strategic".

keywords: Getulio Vargas, commodities, World War II, trade, Brazil.

Introdução

O bombardeio japonês a Pearl Harbour, em dezembro de 1941, pôs fim à ambigüidade da política externa do governo de Getúlio Vargas e, de alguma forma, condicionou a política interna a respeito da Amazônia. O ingresso dos Estados Unidos na guerra exigiu uma posição clara das nações americanas. O domínio japonês das ilhas do Pacífico cortou o fornecimento de borracha e, com isso, foi necessário definir a política econômica dos países do continente que passaram a abastecer as nações aliadas com matérias-primas. Em março de 1942 o Brasil assinou em Washington uma série de acordos sobre matérias-primas estratégicas, entre as quais a borracha. Durante a Primeira Guerra Mundial, cada pessoa utilizava no serviço militar 16 quilos de borracha, enquanto na Segunda Guerra Mundial essa quantidade tinha aumentado para 98 quilos¹, motivo pelo qual estava justificada a qualificação da matéria-prima como “estratégica”.

Fazia tempo que os Estados Unidos intentavam aumentar o suprimento de borracha por meio da pesquisa voltada para duas áreas diferentes: a herveicultura, isto é, o cultivo sistemático e racional de borracha, com plantas resistentes e de alta produtividade, e a borracha sintética. O incentivo ao extrativismo, a partir de 1942, foi somente circunstancial – e a terceira alternativa conjuntural. E, dados os magros resultados obtidos com esta campanha, ficou evidente que a crescente demanda não podia ser suprida com base no extrativismo tradicional. As exportações da borracha brasileira, entre 1943 e 1946, alcançaram a cifra de 42,8 mil toneladas. Esta quantidade apresenta-se modesta quando comparada com o consumo dos Estados Unidos em um único ano, 1943, quando os norte-americanos consumiram 332,7 mil toneladas de borracha vegetal, 173,6 mil toneladas de borracha sintética e 162,7 mil de regenerada².

A borracha: da Amazônia para a Ásia e de volta à Amazônia

Em linhas gerais, a história da exploração da borracha, em seus traços mais amplos,

¹ Os dados sobre a quantidade de borracha consumida por cada soldado durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foram extraídos do site: <http://www.exordio.com/1939-1945/civilis/industria/caucho.html>

² PINTO, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil. A falência da borracha vegetal*. São Paulo, Hucitec, 1984, p. 101. Celso Furtado se dedicou à região amazônica no capítulo “O problema da mão-de-

é muito conhecida. Desde o fim do século XIX, a borracha estava destinada a transformar-se em um item importante das exportações brasileiras em razão do crescimento da fabricação de veículos com motores de combustão interna que revolucionou a indústria no século XX.

A seringueira, árvore de cujo látex se faz a borracha, é originária da região amazônica. Sendo a borracha um produto extrativo, sua exploração tinha um limite óbvio. Outro limite, embora menor, era o problema do recrutamento da mão-de-obra para sua exploração. Estas limitações condicionavam a oferta da borracha, tornando-a insuficiente diante da crescente demanda do produto. A partir de final do século XIX, intentou-se contornar tais dificuldades por meio do contrabando para a Grã-Bretanha de algumas mudas da *Hevea brasiliensis* que Henry Wickham realizara em 1876. No Kew Garden, jardim botânico de Londres, a planta foi aclimatada e dali passou para as possessões britânicas no Ceilão e as possessões holandesas em Java, lugares onde foi cultivada de forma sistemática.

Segundo Celso Furtado, podemos desdobrar a produção da borracha em duas etapas: a primeira se desenvolveu inteiramente dentro do território amazônico e representou uma solução de emergência para o problema da oferta, fase que se caracterizou também pelos preços crescentes, chegando à média de 512 libras a tonelada. A segunda etapa caracterizou-se pela produção no Oriente, organizada em bases racionais, introduzindo-se a borracha de forma regular no mercado a partir da Primeira Guerra Mundial e reduzindo-se os preços a algo inferior a 100 libras a tonelada. Esta última etapa implicou a decadência da produção amazônica.

No período entre guerras, Henry Ford teceu a idéia de produzir borracha de forma racional e sistemática no território amazônico. Se a empresa iniciada por Henry Wickham tinha levado a borracha a menos de 100 libras a tonelada, ele cogitava conseguir abastecer suas indústrias por muito menos do que isso.

A “espionagem agrícola” de Henry Wickham levou a seringueira para o Ceilão, Malásia e Java, numa experiência prévia de aclimação, processo que acontecia com todas as espécies vegetais transportadas de seus lugares de origem. Lembremos que o produto de maior exportação brasileira do século XIX, o café, também teve que ser aclimatado.

obra III: a transumância amazônica”, em *Formação econômica do Brasil*, op. cit.

Originário da Etiópia, passou para a Holanda, onde foi aclimatado no jardim botânico, de lá se deslocou para a França e desta para suas possessões coloniais. Segundo a tradição, em 1726, o sargento-maior Francisco de Melo Palheta foi enviado do Maranhão para a Guiana Francesa. Dessa viagem, voltou ao Pará com algumas sementes e mudas, apesar da proibição expressa a respeito, dando-se assim início ao cultivo do café no Brasil³.

Segundo os historiadores ambientais, há uma história que não se encaixa dentro das fronteiras nacionais, como é justamente o caso da história ambiental, cujo problema não obedece necessariamente às delimitações estabelecidas pelas fronteiras políticas⁴. Assim, as questões ambientais desafiam o espaço estreito da nacionalidade, embora também haja temas ambientais que se desenvolvem dentro desse quadro. A exploração da borracha na década de 1940 bebe nas duas vertentes. Por um lado, faz parte de uma história ambiental amazônica e, portanto, transnacional. Por outro, apresenta uma série de problemas que dizem respeito às políticas internas brasileiras. A forma como foi organizada a exploração da borracha naquela década tem relação com os compromissos assumidos nos Acordos de Washington e com as peculiaridades do governo Vargas, assim como com os antecedentes e a formação social da região amazônica, motivos pelos quais o tema também é parte de uma história ambiental dentro das fronteiras nacionais.

É importante reforçarmos o caráter internacional da região amazônica: 67,79% da bacia amazônica pertence ao Brasil e 58,50% deste é amazônico e, por isso, está totalmente justificada a identificação do Brasil com ela. Mas notemos também que 74,44% do Peru é amazônico, 75% da Bolívia, 51% do Equador, 36% da Colômbia, 5,78% da Venezuela e 2,73% da Guiana⁵. Embora em nosso trabalho nos restrinjamos à Amazônia brasileira, é relevante não esquecermos que a situação de exploração da borracha nos outros países era muito semelhante à do Brasil. Os outros países amazônicos também sofreram a perda do “monopólio” quando apareceu no mercado a borracha asiática, e suas economias, sustentadas na produção do *caucho*, foram abaladas. Também sua população indígena foi dizimada pelas condições de trabalho nos seringais e sua classe dominante criou fortunas

³ DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

⁴ WORSTER, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991, p. 199.

⁵ *Amazonia sin mitos*. Comisión Amazónica de Desarrollo y Medio Ambiente, Banco Interamericano de Desarrollo. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, Tratado de Cooperación Amazónico, s/l,

da noite para o dia.

Mas voltemos à experiência de Henry Ford na Amazônia. Ford não queria depender mais dos preços que os ingleses e holandeses estipulavam. Se a iniciativa de Wickham tinha dado lugar à maior plantação de borracha do mundo, o que não poderia ele fazer no lugar em que a planta era autóctone? Foi baseado nessa idéia que solicitou ao governo brasileiro terras no Tapajós para sua empresa agrícola. Assim foi que começou o plantio de seringa de Ford no Pará.

Já se tinham realizado algumas experiências com o plantio de borracha na Amazônia na região das ilhas do Pará muito antes que os britânicos intervissem no mercado da borracha através do cultivo sistemático em suas possessões orientais. É que foi nas ilhas onde primeiro se esgotaram algumas “estradas”⁶, motivo pelo qual uns poucos seringalistas realizaram reposições das árvores. Não obstante, esses empreendimentos, escreveu Bárbara Weinstein, eram individuais e raramente iam além de alguns milhares de árvores⁷.

O empreendimento de Ford era pioneiro pela escala que tinha. Tudo dele era medido em milhares e milhões. No final da década de 1920, o estado do Pará havia concedido terras no Tapajós à Companhia Ford Industrial do Brasil. Em 1934, por meio de um termo aditivo ao contrato, a empresa trocou uma área da primeira concessão por outra da mesma extensão e mais próxima à foz do Tapajós. O nome Fordlândia, com que ficou conhecido o empreendimento de Ford na Amazônia brasileira, corresponde estritamente à primeira área; a segunda recebeu o nome de Belterra.⁸

Quando a empresa começou a demonstrar algum sucesso, isto é, quando foram plantadas 1 milhão de mudas e estas começaram a dar sinais de grande vitalidade depois de dois anos, ninguém tinha dúvidas de que a empresa era bem-sucedida, embora muita coisa ainda estivesse para acontecer.

s/d.

⁶- *Estrada*: grupo de 100 a 150 seringueiras que um homem entalha por dia. Cada estrada era percorrida duas vezes ao dia: na ida, o seringueiro abria cortes na árvore e colocava o recipiente em que cairia o látex; na volta, recolhia o látex depositado nesses recipientes. “A estrada não tinha a largura do varadouro da véspera; trilho quase imperceptível, sobre folhas e raízes, dobra aqui. Endereita ali, baixa a cabeça acolá para evitar galhos e lianas, ia ligando no mistério da floresta uma seringueira à outra” (CASTRO, José Maria Ferreira de. *A Selva*, Portugal, Guimarães & Ca., s/d.)

⁷ WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia*, op. cit., p. 250.

⁸- GRANDIN, Greg, Fordlândia. Ascensão e queda da cidade esquecida de Henry Ford na Selva. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.

Do ponto de vista social, o modelo também se apresentava como exemplar: os “caboclos” que trabalhavam para Ford, em número de 3 mil aproximadamente, tinham casa com até três quartos e água encanada, contavam com hospital e recebiam um pagamento “dez a vinte vezes maior” do que costumavam pagar os coronéis do lugar. Não obstante, segundo Vianna Moog, um motim explodiu ao grito de “Abaixo o espinafre!”⁹. Não vamos analisar aqui a natureza desta ação dos trabalhadores, mas é bom lembrar as análises de João Reis e Márcia Aguiar. Os autores salientam que as chamadas “revoltas da fome” demonstram que não se pode estabelecer uma relação direta entre revolta e fome, pois alguns episódios desse tipo de revolta tiveram lugar em épocas de relativa abundância alimentar, associados a um temor dos consumidores quanto à não-permanência da abundância. No complexo caso de Fordlândia, os trabalhadores se revoltaram contra uma série de imposições que implicava a “forma americana de vida” (*american way of life*), cuja rejeição ia do espinafre à casa quente construída sobre o chão, e não sobre palafitas¹⁰. Por ocasião do X Congresso Brasileiro de Geografia (1944), o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicou *Amazônia brasileira*, uma coletânea de trabalhos sobre a Amazônia, o tema do momento. Gastão Cruls contribuiu com um artigo intitulado “Impressões de uma visita à Companhia Ford Industrial do Brasil”, resultado de uma viagem que ele tinha realizado em 1938 e sobre a qual escrevera um ano depois para a *Revista Brasileira de Geografia*. Suas palavras não poderiam ser mais elogiosas para o empreendimento da Companhia Ford no rio Tapajós, na Amazônia. Da conversa que Cruls manteve com o diretor-gerente da companhia, o senhor A. Johnston, podemos destacar o principal problema que a administração enfrentava: a falta de mão-de-obra. O maior número de homens teria sido obtido em 1931, quando trabalhavam para a companhia 3.100 seringueiros. Mas, em lugar de aumentar nos anos seguintes, este número diminuiu para 1.700 em 1938. Afirmava Johnston que isto se devia à falta de costume do caboclo com o trabalho metódico e com a fixação à terra. Johnston percebia que havia alguma diferença de natureza *cultural*, embora talvez não conseguisse medir as suas conseqüências. Continuava o diretor informando que havia horários de trabalho fixos: de 6h30 até 15h30, com uma hora para o almoço. Este horário era marcado num relógio registrador, como o

⁹ MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 18-21.

¹⁰ REIS, João e AGUIAR, Márcia. “‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia

utilizado nas fábricas, havendo relógios espalhados por vários pontos da imensa propriedade. Apoiando-se num decreto estadual, em toda a concessão eram proibidas a venda e o uso de bebidas alcoólicas. Como em outras propriedades da Amazônia, havia um regulamento a ser seguido. Os regulamentos em geral tinham o intuito de sujeitar o seringueiro por meio de uma série de medidas que geravam seu endividamento. Embora alguns afirmem que os regulamentos eram do período do auge da borracha, o certo é que estes constituíram um conjunto de costumes ainda praticados nas décadas de 1930 e 1940, muito diferentes das normas da Companhia Ford.

O controle sobre os horários, sobre a comida e a bebida, sobre o lazer etc. provocou o protesto dos seringueiros, para os quais “o modo americano de vida à Ford” era insuportável. Produziu-se um quebra-quebra, depois do qual conseguiram algumas liberdades, mais próximas dos costumes do caboclo amazonense. Segundo Vianna Moog, “numa noite os dirigentes da Ford Motor Company aprenderam mais sociologia do que em anos de universidade”.¹¹

Com a deflagração da guerra, afirma o historiador Warren Dean, descobriu-se que as companhias químicas norte-americanas não dominavam o procedimento para a produção de borracha sintética, daí a busca frenética de alternativas¹². A partir de 1940, antes do bombardeio a Pearl Harbour, o governo norte-americano aprovou medidas destinadas a adquirir borracha. Em 1940 foi criada a Rubber Reserve Company, com um capital de 140 milhões de dólares, cuja finalidade era a aquisição de borracha. Outra instituição norte-americana, que interviria na América Latina nas áreas gomíferas, ou nas que a seringa poderia se adaptar, foi o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA – United States Department of Agriculture), que planejava estratégias a longo prazo: ampliar a heveicultura.

na Bahia”. *Revista de História*, nº 135, 2º semestre, 1996, p. 134.

¹¹- No romance *Fordlândia: un obscuro paraíso*, de Eduardo Sguiglia o diálogo entre o gerente de Fordlândia e o protagonista que faz de mediador ilustra da seguinte forma o descontento:

“-Há que demitir os revoltosos e fuzilar os criminosos - disse Rowwe.Olhei para ele fixamente, vi o medo no seu rosto e me encorajei.

-Eles querem botar fora seus antilhanos e o professor de dança, e que lhes permita comer e beber outras coisas. Deram-me uma hora para pensar –disse-; se não lhes concedemos o pedido ameaçam queimar toda a vila e partir no primeiro barco.

- Que pretendem, champanha e caviar? –perguntou-me.

- Não, feijão e cachaça – respondi.”

¹² A produção de borracha sintética nos Estados Unidos passou de 60 mil toneladas em 1941 para 1 milhão

Na conjuntura de busca de suprimentos de borracha nos Estados Unidos, lembrou-se que Ford tinha imensos seringais na Amazônia. Técnicos brasileiros e norte-americanos visitaram as plantações. Buscava-se desenvolver espécies que reunissem duas qualidades: produtividade e resistência ao mal-das-folhas. Segundo Warren Dean, os pesquisadores do USDA estavam convencidos de que encontrariam no território do Acre e do Mato Grosso árvores que combinassem tais qualidades¹³. Mas esse projeto de heveicultura não implicava que o cultivo sistemático das espécies borracheiras se limitasse ao território brasileiro, nem ao amazônico. As espécies clonais resistentes serviriam para os plantios no Panamá e na Costa Rica. Segundo Dean, a preferência dos norte-americanos pela América Central deve-se talvez à estreita relação entre os homens do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, que realizavam o trabalho de campo na América Latina, e os homens da Goodyear, que trabalhavam na América Central.

Observadores da RDC (Rubber Development Corporation) e do USDA visitaram as possessões de Ford em 1942 e examinaram os estragos causados pelo mal-das-folhas. Os seringais foram novamente abatidos em 1944-1945. Em 1946, Ford se retirou do Brasil; já desde 1944 existia a borracha sintética e, desde 1942, os Acordos de Washington previam o incremento da produção de borracha no velho esquema: atividade extrativa com recrutamento de mão-de-obra no Nordeste do Brasil. Quando Ford retirou-se do Brasil, transferiu as plantações ao governo pela soma de 250 mil dólares, ou seja, o montante que a empresa devia a seus trabalhadores, de acordo com o que a lei estabelecia sobre aviso prévio dos empregados. As estimativas mais pessimistas da empresa afirmavam que ambas as plantações tinham custado a Ford 20 milhões de dólares.

A propaganda do varguismo

Assinalamos anteriormente que, nas décadas de 1930 e 1940, com o discurso de “unidade nacional”, um setor da sociedade, o formado pelos trabalhadores rurais e pelos habitantes do campo, em geral, foi incorporado de forma simbólica ao “corpo da nação”. Pela natureza desta incorporação, foi fundamental o trabalho da propaganda oficial.

Durante o primeiro governo de Vargas surgiram órgãos de propaganda oficial, que

de toneladas em 1945.

¹³ DEAN, Warren. *A luta pela borracha no Brasil: Um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989,

implicavam também controle e repressão de idéias contrárias ou consideradas ameaçadoras. Com o Estado Novo, foi criada, em 1939, uma peça fundamental: o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão vinculado diretamente à Presidência da República, que se ocupava não só do controle dos meios de comunicação, isto é, da censura, mas também da difusão e da divulgação das mensagens propagandistas. Em 1940 o DIP teve seu poder ampliado com a instalação, em cada estado do país, de um Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Entre os objetivos do DIP, estava centralizar, coordenar e orientar a propaganda e auxiliar os ministérios e as entidades públicas e privadas sobre a propaganda nacional, assim como incentivar a arte e a literatura “genuinamente brasileiras”.

O trabalhador e o trabalho não eram prioritários nos meios de comunicação. Por exemplo, na imprensa paulista controlada pelo DIP os temas dominantes eram a doutrina do Estado Novo e suas realizações. Entre 127 textos pesquisados por José Inácio Melo Souza, 2,2% referiam-se a trabalho¹⁴. Silvia Goulart analisou o conteúdo das matérias publicadas pelo DEIP de São Paulo na imprensa local em seu estudo de 5.799 recortes de jornais anexados nos processos do DEIP. Esses processos eram constituídos por correspondência de empresas editoriais reclamando o pagamento da publicação de materiais oficiais. Da tabela temática que ela elabora a partir das matérias pagas entre 1941 e 1944, depreende-se que o tema trabalho teve uma média de 2,2%¹⁵.

Segundo Maria Helena Capelato, o trabalhador que aparecia nos cartazes produzidos pelo DIP era representado como força de trabalho. A organização racional do trabalho era representada pelo binômio trabalhador–máquina. Nesse binômio, a máquina ofuscava o trabalhador. Capelato explica a inexpressiva representação do operário na iconografia varguista pela negação estadonovista de identidade de classe, substituída pela identidade nacional. Mas na propaganda destinada ao recrutamento de nordestinos para a Amazônia o homem-trabalhador foi a figura central (mais adiante veremos por quê).

A propaganda política vale-se de idéias e conceitos transformados em imagens e símbolos. A principal referência da propaganda é trabalhar com elementos de ordem

p. 133-136.

¹⁴ SOUZA, José Inácio Melo, *apud* CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papyrus, 1998, p. 173-191.

¹⁵ GOULART, Silvia. *Sob a verdade oficial*. São Paulo, Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

emocional. Segundo Capelato, o objeto da propaganda política se define no terreno onde política e cultura se mesclam com idéias e se relacionam com o estudo dos imaginários sociais. Um dos conceitos-símbolo utilizados pelo Estado Novo foi a bandeira e o bandeirismo, aos quais já temos nos referido bastante. O regime também utilizou-se de outros de menor sofisticação teórica, mas de grande aceitação popular, tais como: a simplicidade e a autenticidade da população sertaneja; seu destino de desbravadora do Norte e sua predisposição ao sacrifício; a ocupação efetiva do território brasileiro como ações de patriotismo; a seca como situação extrema e desumanizante. E, como contraponto a esse último aspecto, a Amazônia era então apresentada como terra de possibilidades para aqueles que não tinham opção alguma¹⁶.

A propaganda para mobilizar os trabalhadores para a Amazônia teve duas dimensões: uma nacional e outra local. Na dimensão nacional, a batalha pela borracha se encaixava no programa de ocupação e colonização dos “espaços vazios” e nos esforços de guerra do Brasil. Na esfera local, a emigração de nordestinos para a Amazônia era uma questão que contava com uma longa tradição e alguns debates. Um dos destinos mais procurados pelos nordestinos nas conjunturas de seca, e não apenas nestas, era o Norte, especialmente os estados do Pará e do Amazonas. A propaganda para recrutar trabalhadores explorou alguns elementos do imaginário, dos desejos e das emoções, por meio de símbolos e de um discurso direto e apelativo.

O historiador italiano Carlo Ginzburg¹⁷ analisou um cartaz famoso que todos já vimos alguma vez em sua versão original, ou nas imitações que correram o mundo. Durante a Primeira Guerra Mundial, Lord Kitchner, secretário de Guerra de Sua Majestade britânica, realizou um chamado às armas mediante um cartaz que teve como resposta um alistamento voluntário sem precedentes. No cartaz aparecia Lord Kitchner em uma perspectiva que deixava seu dedo gigante num primeiro plano apontando ao espectador. Trata-se, segundo Ginzburg, de um dos cartazes mais eficazes da história, e prova disso foi a adaptação que dele foi feita pelos Estados Unidos e pela URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), em que apareciam Tio Sam e Trotsky, respectivamente, e, claro, o

¹⁶ CAPELATO, Maria Helena, op. cit., p. 36.

¹⁷ GINZBURG, Carlo. “‘Your country needs You’: a case study in political iconography”. *History Workshop Journal*, 2001.

resultado imediato do recrutamento de voluntários para a guerra. A imagem no cartaz britânico era acompanhada por estas palavras: *Teu rei e teu país te necessitam*, ou *Kitchner quer mais homens*, *Quero você* etc. “A representação da autoridade atuou como a própria autoridade”, concluiu Ginzburg. A que se deveu esse sucesso, ou melhor, sua eficácia, se pergunta Ginzburg? Este historiador constrói a resposta utilizando o conceito de “fórmula de emoção” de Aby Warburg¹⁸. Não entraremos aqui nos detalhes da análise, mas é importante salientar que, para que um cartaz desse tipo – de recrutamento de homens – tenha sucesso, ele deve comover, deve despertar anseios ou apelar moralmente, deve acordar antigas emoções.

Como foi realizada a propaganda para recrutar trabalhadores para a Amazônia? Essa campanha contou com alguma peça da eficácia do cartaz de Kitchner?

O pintor suíço Jean Pierre Chabloz, que emigrou para o Rio de Janeiro em 1940, foi o encarregado de realizar parte da propaganda oficial do SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para Amazonas). Depois de uma permanência de quase três anos no Rio, fixou residência em Fortaleza após o convite de George Rabinovitch para trabalhar no serviço de desenho da campanha da borracha. Como responsável pela propaganda gráfica, realizou diferentes tipos de material: folhetos, cartazes, caracterizou os caminhões em que eram transportados os soldados, fez os braceletes de identificação que levavam os trabalhadores etc. Trabalhou principalmente com duas técnicas: desenho e colagem com fotografias.

Afirma Abraham Moles que, sobre a base da simplificação necessária, o cartaz constrói um novo quadro de símbolos pertencentes à nossa cultura¹⁹. Por exemplo: as faces coradas da criança de boa saúde e a transparência da água mineral são símbolos elementares aceitos por todos. São símbolos “axiomaticamente evidentes, com conotações estereotipadas, que vão constituir-se em uma linguagem simbólica das imagens”. Chabloz tinha trabalhado na Europa na área de publicidade e realizara vários cartazes publicitários.

¹⁸ Aby Warburg: crítico e historiador da arte, não teve uma obra sistemática, a qual se concentrou em conferências e trabalhos em congressos. Herdeiro de uma imensa fortuna, formou uma biblioteca com mais de 60 mil exemplares e numerosa quantidade de imagens, que, em 1933, depois de sua morte em 1929, foi transferida para Londres, constituindo a base do Warburg Institut. Em 1932, um discípulo seu organizou sua obra em dois volumes, reimpressa recentemente, em 1998.

¹⁹ MOLES, Abraham. *O cartaz*. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 25.

Foi essa experiência que utilizou em seu novo trabalho. As idéias sobre o Estado Novo e as deste a respeito do recrutamento de trabalhadores estavam mediadas, em grande parte, por seus contatos, o círculo de funcionários que tinha viajado do Rio de Janeiro para Fortaleza, em final de 1942, para organizar todo o serviço do novo órgão – todos domiciliados, no princípio, em um par de hotéis do centro da cidade. Alguns permaneceram ali até a dissolução do SEMTA, uns tantos meses depois. Houve um convívio muito intenso devido, sobretudo, ao tipo de trabalho, encarado como uma missão dos homens do litoral, da cidade marchando para o interior – embora se tenha escolhido Fortaleza como sede. Segundo Mônica Velloso, existia uma verdadeira divisão intelectual do trabalho entre os responsáveis por produzir idéias, conceitos, valores, e os encarregados de os reproduzirem²⁰. Qual seria o lugar de Chabloz? Acreditamos que seu trabalho implicou duas coisas: reproduzir idéias geradas pela “elite intelectual” do regime e criar, ele mesmo, imagens e conceitos.

Uma das preocupações do Estado Novo, manifestada em sua campanha “Marcha para o Oeste”, era a do movimento migratório dos sertões para o litoral, expressada claramente nas palavras de Péricles Melo Carvalho: “Corrente migratória dirigida no sentido inverso da marcha que a verdadeira civilização indicava”; ou quando diz: “Encaminhar o trabalhador rural para seu respectivo ‘hábitat’”²¹. Na conjuntura da guerra, essa idéia foi representada por Chabloz por meio de uma imagem: um mapa do Brasil, em cujo litoral pode-se observar os soldados, e no interior amazônico os seringueiros extraindo látex das árvores, acompanhado da frase: “Cada um no seu lugar!” (*Ver imagem 1*). A mensagem “cada um no seu lugar” não está falando somente da conjuntura – soldados na defesa do litoral e seringueiros nas florestas extraindo látex – mas, em geral, do lugar dos homens do litoral, da cidade, e do lugar dos homens do sertão, do campo. A imagem está dizendo que no Brasil de Vargas cada um tem um lugar, e era desejável que assim fosse. Na fotografia de uma manifestação de trabalhadores no Rio de Janeiro, acontecida no dia 9 de novembro de 1940, pode ver-se um grupo de homens carregando uma faixa que diz: “Trabalhador também tem o seu lugar no Estado Novo”²². Pela metáfora espacial, o Brasil

²⁰ VELLOSO, Mônica. “Cultura e poder. Uma configuração do campo intelectual”. In: *Estado Novo. Ideologia e poder*, op. cit., p. 71-108.

²¹ CARVALHO, Péricles Mello. “A concretização da ‘Marcha para o Oeste’”, *Cultura Política*, 1941.

²² Fotografia publicada em *Getúlio Vargas: 1983*. Exposição de fotografias. Museu de Arte Moderna do Rio

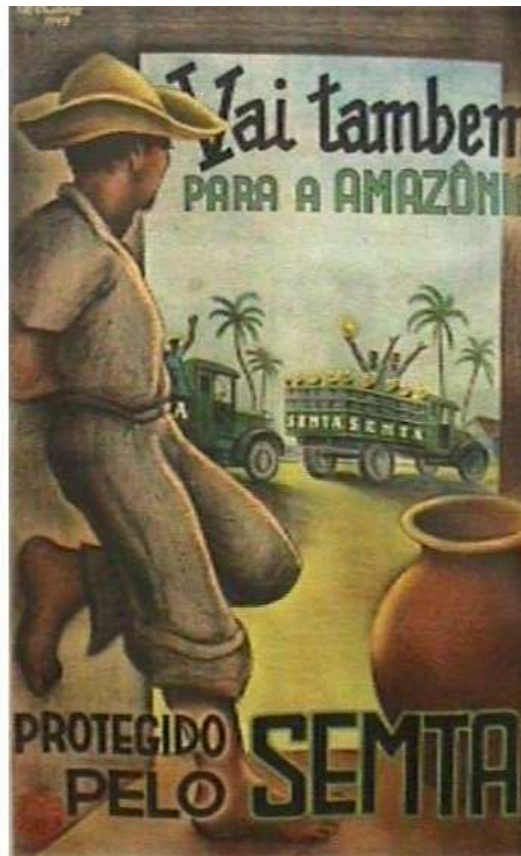
em que cada um tinha seu lugar se contrapunha àquele do passado em que nem todos o tinham, o Brasil de inclusão se opunha, na propaganda, ao Brasil da exclusão. O Brasil da unidade era uma somatória de lugares. O lugar do sertanejo era no sertão.



Soldados no litoral e seringueiros no interior amazônico extraindo látex: “Cada um no seu lugar!”.
(Acervo Jean Pierre Chabloz - Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.)

Outra das peças criadas por Chabloz é um cartaz colorido, desenhado a partir de uma perspectiva muito particular (*imagem 2*). Enquanto grupos de trabalhadores vão para a Amazônia, “para a fartura”, quem observa o cartaz pode ser o “caboclo passivo” da cena ilustrada por Chabloz: um homem forte encostado no umbral da porta que vê passar os

caminhões. É para ambos a frase: “Vai também para a Amazônia protegido pelo SEMTA”. O espectador da representação de Chabloz é um homem de pés no chão, que está contemplando, ou esperando, e em condições de ser um trabalhador recrutado e “protegido” pelo SEMTA. É um caboclo desenhado com traços arredondados, de membros grandes, como os trabalhadores de Portinari – lembra muito o *Lavrador*, de 1934. O Portinari antes de sua série de retirantes. O Portinari mais próximo do muralismo mexicano de Siqueiros – com seus camponeses fortes – do que de Orozco, artista da tragédia coletiva. O homem de Chabloz vê passar um grupo animado de trabalhadores que o cumprimentam entusiasmados, felizes porque vão para a Amazônia.



Grupos de trabalhadores vão para a Amazônia, “para a fartura”. (Acervo Jean Pierre Chabloz - Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.)

Uma imagem idílica da floresta amazônica começou a surgir dos cartazes de

Chabloz. Num de seus cartazes, “Vida nova na Amazônia”, a exploração de borracha aparece como uma atividade de “fundo de quintal”. Toda a cena é idílica e indica fartura: casa, lenha, porcos, galinhas, boi e, para completar o quadro, uma criança brincando e uma mulher pendurando roupas brancas no varal. Até mesmo a densa floresta amazônica não é tão fechada e deixa passar alguns raios de sol. A casa está cercada e o homem está tirando látex de uma seringa vizinha ao cercado. Segundo Samuel Benchimol, o que a monocultura fez em outras regiões do Brasil, o extrativismo fez na Amazônia: “Seringa e roça, portanto, não rimam bem... Seringa rima bem é com béri-béri, com charque e farinha, com pirarucu seco e feijão. Não combina com batatas, legumes, galinhas, ovos, leite”²³. Nesta ilustração de Chabloz, o extrativismo é uma atividade complementar na economia camponesa. Salientemos que o público a que é dirigido o cartaz é sobretudo camponês, para o qual a agricultura é uma parte importante do seu cotidiano.

O trabalhador recrutado recebia um enxoval composto por uma calça de mescla azul, uma blusa de morim branco, um chapéu de palha, um par de alparcatas de rabicho, uma caneca, um prato fundo, um talher que era colher e garfo, uma rede e um saco de estopa. Esse enxoval foi desenhado por Chabloz e anunciado com as seguintes palavras: “Equipamento de viagem fornecido pelo SEMTA”. Este desenho correspondia à cláusula segunda do contrato de encaminhamento. A *imagem 3* ilustra parte das cláusulas gerais do “Contrato padrão de trabalho nos seringais”, que dizia respeito aos compromissos do seringalista. Estas ilustrações serviam para tornar conhecido o conteúdo do contrato numa sociedade em que grande parte da população era analfabeta. O mesmo objetivo tem a *imagem 4*, que mostra os instrumentos de trabalho e o procedimento para transformar o látex em borracha.

²³ BENCHIMOL, Samuel. “O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante”. *Revista de Imigração e Colonização*, ano VI, nº 4, dez. 1945, p. 367.



(Ambas imagens acima do Acervo Jean Pierre Chabloy - Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.)

“Perfeitamente aparelhado, o SEMTA alista, transporta, hospeda, veste, alimenta, ampara, trata e defende, por todos os meios, o homem que se entrega aos seus cuidados, a fim de prepará-lo para o trabalho – sadio, forte, produtivo”, dizia um texto da extensa propaganda de recrutamento. Era o que mais se assemelhava a “direitos trabalhistas”.

As representações de Chabloy nos trazem o homem, a terra, a luta, para usar o esquema de Euclides de Cunha. Diferentemente do trabalhador urbano, o trabalhador rural é o centro da iconografia do SEMTA. Na colagem feita com fotografias (*figura 5*), o protagonista é o soldado da borracha. Ele aparece em formação militar, fazendo ginástica, sendo examinado pelos médicos, cortando o cabelo, fazendo a barba, sendo vacinado, jogando vôlei, luzindo seu uniforme, marchando nos caminhões. Mas o centro do cartaz é *o soldado* no singular, o homem que personalizou o chapéu dado para ele escrevendo seu nome, Leonardo, de olhar orgulhoso e distante, de cruz amarrada ao pescoço, carregando uma sacola nos ombros. Em várias das fotografias que o rodeiam, aparecem funcionários do SEMTA, também trabalhando, vacinando, fazendo fichas, palestrando, organizando. A fotografia que constitui o centro, a de Leonardo, nos apresenta um homem “pronto”, que já passou por todos os preparativos e, de sacola no ombro, está disposto a partir. Perdeu a vulnerabilidade que tinha deitado na camilha, de frente ao funcionário, respondendo às

perguntas para preencher a ficha, ou nas mãos do barbeiro com navalha. Ganhou individualidade.



Na colagem feita com fotografias, o protagonista é o soldado da borracha. Ele aparece em formação militar, fazendo ginástica, sendo examinado pelos médicos, cortando o cabelo, fazendo a barba, sendo vacinado, jogando vôlei, luzindo seu uniforme, marchando nos caminhões. Colagem realizada com fotografias da Aba Filme. (Acervo Jean Pierre Chabloz - Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.)

É uma campanha de recrutamento, como a realizada com o cartaz de Kitchner. Apela-se ao heroísmo pessoal. O homem do campo, nessas manifestações, aparece desprovido de tecnologia, de maquinaria. É ele contra a natureza. Ele espremerá a seringa até brotar o látex, o que fará com suas próprias mãos.

De fato, entre 1872 e 1900, segundo o cálculo de Furtado²⁴, 500 mil nordestinos se mobilizaram para a região amazônica, e o fizeram, em grande medida, com a ilusão de

²⁴ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, op. cit., p. 121.

enriquecer na terra da *fartura*. Nesta representação, porém, não só o elemento de atração é importante, mas também o de expulsão: a sequidão. A uberdade amazônica tem o mesmo efeito que as faces coradas da criança de boa saúde, ou deveria ter.



A migração se apresenta nestas imagens como um percurso entre dois pontos: um seco, de formações vegetais tortuosas e com espinhos, e outro verde e frondoso. Se a sequidão é a pobreza, a umidade é a riqueza; por isso, a *esperança* se transforma em certeza, em *fartura*. Bosquejo e cartaz definitivo. (Acervo Jean Pierre Chabloz - Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará.)

Desde as primeiras crônicas sobre a América, as representações edênicas estiveram vinculadas a ela e à paisagem tropical. Com o tempo, surgiria outra imagem, a de floresta-inferno. Mas, no pensamento ocidental, a representação paradisíaca ainda tinha força. Pode ser que, para o desenhista suíço, fosse axiomática a preferência pelo verde e úmido em contraposição ao cinzento e seco. Mas Samuel Benchimol iria mostrar como os cearenses declaravam gostar do “enxuto”, e não do “encharcado”²⁵. Claro que essas declarações eram de cearenses na Amazônia, e outra poderia ter sido sua representação do Vale do Grande Rio antes de chegar nele.

Em 1944 foi realizado o X Congresso Brasileiro de Geografia. Nessa ocasião, Benchimol apresentou um trabalho intitulado “O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante”. Era “um trabalho de estréia”, como ele o

definiu, no qual se propôs apanhar as primeiras impressões dos imigrantes sobre a terra, o rio, a seca, a borracha etc. Para isso, entrevistou mais de cem imigrantes, embora por questões metodológicas viesse a considerar somente 55 entrevistas para a redação do artigo. Seu plano inicial era realizar as entrevistas em diferentes pontos do trajeto do rio Amazonas, mas acabou restringindo-as a Manaus. O imigrante, segundo seu dizer, chegava com alguma experiência adquirida nas primeiras conversas nos portos de lenha onde os navios paravam para carregar madeira a fim de abastecer as caldeiras dos vapores. Nessa viagem vagarosa pelo rio Amazonas os imigrantes observavam silenciosamente a transformação da paisagem, as águas movendo-se debaixo do barco:

“As barracas mergulhadas, a canoa andando de um lado para outro como se fosse um cavalo, o silêncio da atividade humana no meio da mata [...] Daí o terror pânico da água, o medo do rio que se agrava à medida que ele toma contato definitivo com a várzea. O sertão ainda está perto dele”.

Por isso o recém-chegado diz coisas como: “Não gosto desta terra feia e encharcada”, ou “gosto do enxuto”.

Benchimol começou a fazer as entrevistas em junho de 1942 e as terminou em março de 1943, tendo assim a oportunidade de realizar sua amostra utilizando 20 levas e abrangendo duas modalidades diferentes de imigrantes, como ele os define: aqueles que foram por causa da seca e aqueles que foram por causa da seringa. No período de seca, pesariam mais os fatores da expulsão e, nos períodos em que o sertão “estava chovido”, os da atração.

Para compreender as possibilidades de “acomodação” dos imigrantes, Benchimol se propôs a fazer uma análise de sua psicologia e das construções mentais que faziam parte de suas bagagens. Um dos primeiros elementos que analisou para tal fim foram a paisagem e a percepção desta. Quanto ao Nordeste e à Amazônia, duas paisagens contrastantes, o que uma tinha de mais, a outra tinha de menos: “Passamos bruscamente de um deserto para um dilúvio, da caatinga cinzenta e quase-morta para a hiléia verde e sempre-viva”. Mas os contrastes não se limitariam somente à paisagem, pois o homem do rio seria a antítese do

²⁵ BENCHIMOL, Samuel, op. cit.

homem da seca: fisionomia, alimentação, gestos, cultura, psicologia, tudo nele era diferente. Para definir essa diferença, a partir da antropogeografia do caminho, Benchimol definiu: “Um em função do pé e da pata, o outro vivendo em razão do remo e da canoa”. E continua a se perguntar com que termos se poderia associar o sertão. Com terra seca, mandacarus, cactus, caatinga, vaqueiros-sertanejos, bois, cobras, queixos, farinha, rapadura, carne-de-sol, couro, agricultura – e, quando havia inverno, chuva e algum verde. E em que termos associaria o rio? Paisagens encharcadas, igapós, lagos, paranás, pirarucu, tambaqui, matrinxã, canoa, farinha-d’água, economia extrativa, borracha, castanha, caboclo.

Benchimol define a relação com a nova paisagem como terror, pânico d’água. O cearense sempre se lembra de seu sertão, embora devamos salientar que os entrevistados são recém-chegados – “brabos” – desembarcados depois de dias de navegação fluvial. Uma primeira impressão recorrente nas entrevistas é esse estranhamento com a paisagem e a necessidade de a comparar com aquela deixada para trás, o sertão, a terra firme. É o confronto do conhecido com o desconhecido: “Eu não abandono o meu sertão. Quando aqui começa a trovejar me dá uma vontade de ir voando para lá”. Quando perguntado sobre o destino com que seguiria a viagem, outro dos entrevistados respondeu: “Vou para o Juruá, porque me disseram que é um lugar muito parecido com meu sertão. *Gosto do pé enxuto*”.

Para os homens da Amazônia, sua pátria é o rio, a terra não tem expressão, não tem importância dentro de suas representações. O ciclo de suas vidas está relacionado com as águas, com os rios. Eles costumam dizer: “Nasci no Madeira”, “casei-me no Tapajós”, “vim do rio Negro”, “estou indo para o Trombetas”. Segundo Benchimol, a terra não oferece lembranças. Já para o homem do sertão é totalmente o contrário. Ele se sente filho da terra: “Minha terrinha”, “minha pátria”, “criei-me no Crato”.

Este amor pela terra, segundo o sociólogo amazonense, era uma das dificuldades para a “acomodação” do imigrante, para ele ficar na Amazônia. Todos pensavam em voltar.

“Então já se considera amazonense?”

O senhor me desculpe, seu moço. Tenho 51 anos de Amazônia. Gosto muito desta

terra, criei-me a bem dizer aqui, mas não renego a minha pátria. Sou cearense até o infinito”.

Do plano do Conselho de Imigração e Colonização ao do Conselho Nacional de Economia

As imagens de seca e uberdade foram muito utilizadas desde o início da campanha da borracha. A seca de 1942 foi de uma oportunidade sem igual para os planos de recrutamento do governo. Não só porque disponibilizou trabalhadores, o que é muito importante, mas porque enquadrou a ação do recrutamento numa perspectiva solidária e de necessidade. O Estado aparecia como mediador entre necessidades e oportunidades.

Em agosto de 1942 a *Revista de Imigração e Colonização* dedicou um número aos problemas ligados ao encaminhamento de trabalhadores nordestinos para os seringais da Amazônia, responsabilidade naquele ano, ainda, do Conselho de Imigração e Colonização. Desde 1940 o governo vinha se encarregando de “facilitar” a emigração de nordestinos para os seringais por meio de concessão de 4 mil passagens no Lloyd Brasileiro e na Amazon River. Mas o governo, depois de dois anos, não estava satisfeito com os resultados conseguidos desse modo. Achava-se que a imigração assim incentivada era desordenada e não respondia às necessidades da região. O presidente da República confiou ao Conselho de Imigração e Colonização a elaboração de um plano de exploração e colonização do vale amazônico que considerasse a forma mais adequada de colocação de trabalhadores nordestinos nos seringais.

Segundo o Conselho, ao elaborar o plano, teve-se em mente corrigir falhas anteriormente registradas quanto aos métodos de recrutamento, seleção e encaminhamento, como também se tinha considerado evitar abusos, antes cometidos, regulando as condições de trabalho pela mediação de um contrato.

O plano dizia responder a duas necessidades: a de execução do acordo Souza Costa, referente à exploração de borracha com mão-de-obra nacional, e a de “providenciar desafogo” das grandes cidades do Nordeste, onde se tinha produzido uma aglomeração de retirantes por causa da seca.

O mesmo relatório registrava que, das três etapas consideradas essenciais para a boa execução do plano (seleção, transporte e localização), a primeira evitaria “inconvenientes”, como os ocasionados quando o recrutamento foi indiscriminado e foram dadas passagens a mulheres, barbeiros, alfaiates, marceneiros, artífices de todo tipo, “seduzidos pela facilidade do transporte”. É interessante notar que essa outra imigração correspondia aos objetivos destacados por Vargas no “Discurso do rio Amazonas”. O primeiro era o de sedentarização, para o qual a presença da mulher era fundamental, como também a de uma série de ofícios, representados por esses outros trabalhadores “indiscriminados”. Já em 1942 o ministro Antônio Camillo de Oliveira, presidente do Conselho de Imigração, frisava que o novo plano previa a seleção dos trabalhadores adequados para a indústria extrativa da borracha. Ciente dos problemas em torno do trabalho nos seringais, o ministro afirmava que, de acordo com a política de trabalho do governo, se tinha pensado em um contrato entre seringalista e seringueiro para evitar, como sempre tinha acontecido, que a dívida consumisse o salário do trabalhador e o deixasse “preso” a um patrão.

O conselheiro Dulphe Pinheiro Machado, do Conselho de Imigração e Colonização, realizou em maio de 1942 uma viagem pelo Nordeste a fim de elaborar um plano para encaminhar os trabalhadores nordestinos para os seringais da Amazônia. Esse plano, embora “provisório”, já que finalmente a ação foi executada pelo Conselho Nacional de Economia, é muito relevante porque assenta as bases para a elaboração do plano posterior, não só por suas qualidades intrínsecas, mas também pela urgência com que foi preciso atuar.

A relação seca-emigração tem um lugar de relevo no discurso oficial. E isso é importante salientar porque pela exploração do tema *seca* buscavam-se o consenso, a legitimidade política e social. Havia várias vozes que se levantavam no país dizendo que as migrações nordestinas deixariam o Nordeste sem população, e nós já vimos como esta questão era levantada desde as secas-emigrações do século XIX. Falava-se em sacrifício de alguns estados em benefício de outros. Por isso, em várias peças de propaganda, tanto na imprensa de circulação mais restrita como na grande imprensa, insistia-se em que o governo federal não tinha poupado esforços para fixar os sertanejos em seu próprio

hábitat²⁶. Para isso, teriam sido muito importantes as obras contra a seca: açudagem, irrigação, reflorestamento. Não obstante, estas iniciativas, dizia-se, não poderiam dar solução a um problema tão vasto, pelo qual os sertanejos, ante o flagelo da seca, voltavam a emigrar, como tradicionalmente o faziam, só que agora o governo imprimia um ritmo a essas migrações, objetivando “estabelecer o equilíbrio entre as massas que se deslocam e as necessidades da produção nacional”.

Dulphe Pinheiro Machado, em sua viagem pelo Nordeste, percorreu os estados de Pernambuco, Ceará e Piauí. Dos três, o segundo era o que se apresentava como o mais favorável para recrutar trabalhadores, já que mais atingido pela seca. Em sua capital, Fortaleza, encontravam-se concentrados milhares de retirantes alojados nos galpões da Polícia Marítima e Aérea e num local denominado Urubu. Outros encontravam-se no pavilhão da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. O fato não era novo, dizia Pinheiro Machado, pois desde o século XIX o povo afluía para as cidades durante as secas. Dava grande relevância aos socorros que o Estado organizou em 1932, quando foram criados vários campos de concentração que evitaram o ingresso dos flagelados dentro da cidade. Por todas as informações que ele conseguiu levantar nessa viagem, considerou que deveria ser criado um albergue central em Fortaleza. Antes de ir embora da cidade, Pinheiro Machado deixou um plano de emergência para ser executado pelo delegado regional do Ministério do Trabalho, dispendo sobre hospedagem, alimentação, vestuário, identificação, embarque e adiantamentos.

Previa-se que os contratos entre trabalhadores e seringalistas seriam feitos pela Divisão de Terras e Colonização do Ministério de Agricultura. No trabalho de fiscalização, o Departamento Nacional de Imigração seria auxiliado pela Divisão de Fomento Agrícola, que controlaria os preços dos gêneros fornecidos aos trabalhadores. Sabia-se que este era o calcanhar-de-aquiles das relações de trabalho no seringal. Dois pontos das Disposições Gerais referiam-se a isto e tinham o objetivo de prever os problemas decorrentes do “endividamento”. O ponto 6 estabelecia que os pagamentos dos trabalhadores deveriam ser feitos semanal ou quinzenalmente, não podendo ser realizados mediante a emissão de

²⁶ Como exemplo de grande imprensa, podemos citar a entrevista realizada com o ministro Antônio Camillo de Oliveira no *Correio da Manhã*, em 28 de abril de 1942, e, com circulação mais restrita, na *Revista de Imigração e Colonização*, de agosto de 1942.

vales. Os proprietários receberiam as quantias que os trabalhadores quisessem depositar, sem cobrar juros por isso, estando obrigados a entregá-las quando solicitadas, escriturando-as nas cadernetas. O ponto 7 estabelecia que os trabalhadores poderiam comprar os gêneros alimentícios e utilidades onde lhes aprovesse.

No mesmo ano de 1942 a Coordenação da Mobilização Econômica foi incumbida de realizar um plano geral para seleção e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia. Pelo Decreto-lei nº 4.750, foi criado o SEMTA, e pelo Decreto-lei nº 5.044, de 4 de dezembro de 1942, criada a Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA). O primeiro encarregava-se de recrutar e levar o trabalhador até Belém; a partir dali, a SAVA colocava o trabalhador nos seringais e se encarregava, com a RDC, de fornecer gêneros essenciais diretamente aos seringalistas, evitando os intermediários, que não tardaram a se queixar. Segundo Nelson Prado Alves Pinto, depois do breve interregno bélico, a SAVA e a RDC passaram a operar por intermédio dos comerciantes da região, pondo fim, dessa forma, às tentativas de enfraquecer a estrutura do aviamento.

O SEMTA teve uma vida curta e intensa. Por meio dele foi organizado rapidamente todo um sistema que implicava assistência às famílias, seleção dos trabalhadores, alojamento nas barracas, chamadas de pousos, exames médicos, alimentação, transporte, vestuário e adiantamentos até ser colocado nos seringais. Mas o encontro do litoral com o sertão não seria tão simples como fora pensado e projetado no papel. Foi mobilizado grande número de trabalhadores durante um período curto de tempo. Os números, como quase sempre, não são exatos. Lucia Morales fala na batalha dos números para se referir à confrontação entorno da quantidade de trabalhadores que foi deslocada para a Amazônia durante a campanha da “Borracha para a Vitória”. Em pouco tempo a campanha se tornou um escândalo. Começaram a chegar à capital as notícias do abandono em que estavam os trabalhadores e suas famílias. O primeiro sinal, do ponto de vista social, foi o corte da assistência familiar.

No cenário político o primeiro sinal foi outro. O ministro João Alberto, coordenador da Mobilização Econômica, emitiu uma portaria em novembro de 1943 na qual comunicava que, por meio do acordo celebrado em 14 de setembro de 1943 entre o presidente da Comissão de Controle de Acordos de Washington, a RDC, e a sua repartição,

extinguia-se o contrato firmado em 21 de dezembro de 1942 entre o SEMTA e a Rubber Reserve Company (nesse momento Rubber Development Corporation). Considerava ainda que o SEMTA já tinha organizado e posto em funcionamento os serviços de recrutamento para o Vale Amazônico, previstos no extinto contrato. Na “novíssima conjuntura”, segundo ele, era necessário estabelecer uma unidade de serviços administrativos e de controle destinados ao cumprimento do acordo de 14 de setembro de 1943, criando-se para tal fim a CAETA, à qual caberia administrar o fundo especial estatuído no mesmo acordo e cumprir as funções que antes desempenhava o SEMTA.

A nova comissão, a CAETA, cortou o pagamento da assistência familiar, quando então as mulheres voltaram a escrever para o próprio presidente da república para reclamar, apelar por humanidade e algo mais: justiça. O corte do pagamento da assistência às famílias era exigência da agência norte-americana.

Em 1946 a campanha da borracha já era um “escândalo” de dimensões nacionais. Formou-se uma COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUERITO (CPI).

Conclusão

Levada a debate da Assembléia Constituinte, a gravidade da situação criada pela batalha da borracha, foi formada uma CPI que trabalhou entre os meses de julho e setembro de 1946 juntando documentos e tomando depoimentos dos funcionários vinculados ao DNI, SESP, SEMTA, CAETA, Banco do Brasil, Banco de Crédito da Borracha, do Instituto Agrônomo do Norte etc. Os depoimentos dados à Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha deixam transparecer problemas políticos e até pessoais entre os depoentes. Mas, mais importante que isto, trazem à luz o verdadeiro desastre que foi a campanha. Alguns tinham consciência das conseqüências sociais da introdução dos “migrantes nordestinos” nos seringais, como o responsável pela Hospedaria do Pensador em Manaus, o doutor Ezequiel Burgos, que de lá escreveu ao senhor Péricles de Carvalho, diretor do DNI, em setembro de 1943, comentando que os trabalhadores que voltavam dos seringais traziam notícias das piores, que eram maltratados, ameaçados pelos capangas, que a carne podre era vendida a 16 cruzeiros, que o seringalista lhes negava remédios quando doentes etc. Burgos levou cópia desta carta, como de outras, para a CPI. Outros depunham que o transporte dos trabalhadores era realizado em condições deploráveis, que se desperdiçavam

dinheiro e comida jogando ao rio alimentos em mau estado ou por carecer de meios para distribuir nos seringais, que se produziu pouca borracha e ainda se adulteraram as estatísticas etc.

O relatório da CPI concluía que se impunha com urgência o amparo imediato aos soldados da borracha e às famílias que haviam ficado no Nordeste, as quais seria justo que recebessem a assistência que lhes fora prometida na fase de propaganda. Aconselhava também a elaboração de um plano geral de assistência social e econômica.

No balanço entre ruptura e continuidade, podemos pensar a batalha da borracha como um triunfo da segunda. Continuidade da força da tradição, dos aviadores, do endividamento, da violência e do privatismo por sobre a ruptura representada pela presença do Estado, da modernidade encarnada no serviço público de saúde, na legislação trabalhista, na assistência às famílias. Mas é importante ressaltar que o Estado que chegou ao Amazonas na década de 1940 também era um Estado debilitado e impregnado pelo privatismo. Warren Dean²⁷ diz que, em outubro de 1943, quando Valentim Bouças foi entrevistado por um grupo de jornalistas norte-americanos, estes sabiam que Bouças costumava “usar organismos públicos para promover seus interesses particulares”. Bouças defendia um preço máximo moderado para a borracha por ser o diretor da subsidiária brasileira da Goodyear, que vendia pneus para o estrangeiro sem preços máximos. A Goodyear também tinha um empregado sujo dentro do Banco de Crédito da Borracha.

Quando Bartolomeu Guimarães²⁸, funcionário do Banco do Brasil, prestou depoimento à CPI, identificou Bouças como o “vice-presidente da Goodyear, vice-presidente da Rádio Internacional do Brasil, grande acionista do Banco de Crédito da Borracha, marajá da Hollerith no Brasil, rei da Coca-Cola, do Kibon e do Chicabon Sorvex”. Era o mesmo Bouças que fora diretor da CAETA, a comissão que suspendeu o pagamento da assistência familiar.

Quando olhamos para áreas de fronteira, como a da Amazônia, e vemos casos como o do assassinato da irmã Dorothy Stang, em que grileiros, prefeitos, juízes e capangas se aliam para dar continuidade ao privatismo, percebemos que a categoria “herança rural”, mencionada por Sérgio Buarque de Holanda para definir a invasão

²⁷ DEAN, Warren. *A luta pela borracha*, op. cit., p. 148.

²⁸ Depoimento de Bartolomeu Guimarães para a Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha. *Diário da*

do público pelo privado, do Estado pela família, serve para entender a sociedade de fronteira onde o Estado, como vitória do universal e abstrato sobre o particular e concreto, ainda não triunfou.

Referencias bibliográficas

- Benchimol, Samuel. “O cearense na Amazônia. Inquérito antropogeográfico sobre um tipo de imigrante”.
Revista de Imigração e Colonização, ano vi, no 4, dezembro de 1945.
- _____. *Romanceiro da batalha da borracha*, Manaus, Imprensa Oficial do Estado Amazonas, 1992.
- Bonilla, Heraclio. “Estructura y eslabonamiento de la explotación cauchera en Colombia, Perú, Bolivia y Brasil”. In: Silva, Sérgio S. e Szmereczányi, Tamás (orgs.). *História Econômica da Primeira República*, São Paulo, Hucitec, 2002.
- Capelato, Maria Helena. *Multidões em cena – Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, Papirus, 1998.
- Carvalho, Péricles Mello. “A concretização da ‘Marcha para o Oeste’”. *Cultura Política*, Rio de Janeiro, ano 1, no 8, out. 1941.
- Chabloz, Jean Pierre. *1910-1984: Pinturas e desenhos*. Rio de Janeiro, Edições Pinakothek, 2003.
- Chauí, Marilena. *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Davis, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- Dean, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- _____. *A Luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica*. São Paulo, Nobel, 1989.
- Eisenberg, Peter. *Homens esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil*. Séculos xviii e xix. Campinas, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.
- Ferreira, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- Freyre, Gilberto. *Casa-Grande e senzala. Intérpretes do Brasil*. Vol. ii, Rio de Janeiro, Nova Aguiar, 2002.
- _____. *Interpretação do Brasil. Aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo, Livraria José Olympio, 1947.
- _____. *Nordeste*. Rio de Janeiro, Record, 1989, p. 41-42.
- Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Nacional, 1979.
- García Canclini, Nestor. “Gramsci e as culturas populares em América Latina”. In: Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aurélio (orgs.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Assembléia de 17 de agosto de 1946.

- Ginzburg, Carlo. “‘Your country needs You’: a case study in political iconography”. *History Workshop Journal*, 2001.
- Gomes, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/ Editora Revista dos Tribunais/iuperj, 1988.
- _____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Goulart, Silvia. *Sob a verdade oficial*. São Paulo, Marco Zero/mct/cnpq, 1990.
- Gourevitch, A. Y. “O tempo como problema de história cultural”. In: *As culturas e o tempo, estudos reunidos pela Unesco*. São Paulo, Vozes/Editorial da Universidade de São Paulo, 1975.
- Greenfield, Gerald Michael. “Recife y la gran sequía”. In: Morse, Richard e Hardoy, Jorge Enrique. *Cultura urbana latinoamericana*, Buenos Aires, Clacso, 1985.
- Guillem, Isabel Cristina Martins. “Cidadania e exclusão social: a história dos soldados da borracha em questão”. *Trajetos*, no 2, vol. 1, 2002.
- _____. *Errantes da selva. História da migração nordestina para Amazônia*. Tese de doutorado em História. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1975.
- Lenharo, Alcir. *Sacralização da política*. São Paulo, Papirus, 1986.
- Levine, Robert. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.
- Linhares, Maria Yedda e Silva, Francisco Carlos Teixeira. *Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro, Campus, 1999.
- Melo, Evaldo Cabral de. *O Nordeste agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- Melo Sousa, José Inácio. *A ação e o imaginário de uma ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo, USP, Dissertação de mestrado, 1990.
- Moles, Abraham. *O cartaz*. São Paulo, Perspectiva, 1974.
- Monteiro, Denise Mattos Monteiro. “O capital mercantil estrangeiro no Brasil do século XIX: a atuação da Casa Boris Frère no Ceará”. In: Szmrecsányi, Tamás e Lapa, José Roberto do Amaral (orgs.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo, Hucitec, 2002, p. 228-229.
- Moog, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- Morales, Lúcia Arraias. *Vai e vem, vira e volta. As rotas dos soldados da borracha*. São Paulo, Annablume/ Fortaleza, Secult, 2002.
- Neves, Frederico de Castro Neves. *A multidão e a história. Saques e outras ações de massas no Ceará*. São Paulo, Relume Dumará, 2000.
- Nobre, Freitas. *João Cordeiro: Abolicionista e republicano*. São Paulo, Letras Editora, 1943.
- Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Segunda edição revista e ampliada. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- Oliveira, Beneval. “As populações brasileiras e seus movimentos”. *Cultura Política*, ano III, no 28, junho 1943.
- Oliveira, Lúcia Lippi de. “As festas que a República manda guardar”. *Estudos Históricos*, vol. 2, no 4, Rio de Janeiro, 1989.

- Oliveira, Lúcia Lippi de; Velloso, Mônica Pimenta e Gomes, Angela de Castro. *Estado Novo. Ideologia e poder*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- Pinto, Nelson Prado Alves. *Política da borracha no Brasil: falência da borracha vegetal*. São Paulo, Editora Hucitec/Conselho Regional de Economia, 1984.
- Portelli, Alessandro. “O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: Moraes, Marieta de e Amado, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Reis, João e Aguiar, Márcia. “‘Carne sem osso e farinha sem caroço’: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia”. *Revista de História*, no 135, segundo semestre, 1996.
- Ricardo, Cassiano. *Marcha para Oeste (A Influência da bandeira na formação social e política do Brasil)*. Rio de Janeiro, Editora da USP/José Olympio, vol. 2, 1970.
- Secreto, Maria Verónica. “Ceará, a fábrica de trabalhadores: Emigração subsidiada no final do século XIX”. *Trajetos*, vol. 2, no 4, 2003.
- Sguiglia, Eduardo. *Fordlandia: un oscuro paraíso*. Buenos Aires, Debolsillo, 2004.
- Vargas, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, vols. 2, 8, 10.
- _____. *Exposição de fotografias*. Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, cpdoc/fgv, 1983.
- Velho, Gilberto. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel, 1979.
- Velloso, Mônica Pimenta. “A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista”. *Estudos Históricos*, vol. 6, no 11, Rio de Janeiro, 1993.
- Villa, Marco Antônio. *Vida e morte no sertão. História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX*. São Paulo, Ática, 2000.
- Weinstein, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência. 1850-1920*. São Paulo, Hucitec/ Editora da usp, 1993.
- Williams, Raymond. *O campo e a cidade, na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- Worster, Donald. “Para fazer história ambiental”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 4, no 8, 1991.

Como citar este artículo

SECRETO, María Verónica

“‘Mais Borracha Para A Vitória’”. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas”. *Estudios Rurales. Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural*. Bernal, Vol. 1 N° 1, 2011. ISSN: 2250. (página 79-107)

Descriptorios: Getulio Vargas, materias primas, segunda guerra mundial, comercio, brasil.

Fecha de entrega: Septiembre 2011
Fecha de aprobación: Diciembre 2011